

PROCESSO DE OCUPAÇÃO E APROPRIAÇÃO DE ÁREAS DE PESCA NA LAGOA MANGUEIRA – RESULTADOS PRELIMINARES

SANTOS, Jackes Douglas Manke dos¹; MORATO FERNADES, João²; ROCHA, Cleber Bastos³; TAVARES, Rafael Aldrighi⁴; SOUZA, Daiane Machado⁵; FARIAS, Douglas Lemos⁶.

¹ Mestrando do PPGZ/FAEM-UFPEL – Bolsista CAPES jackesdouglas@hotmail.com

² Mestrando do PPGZ/FAEM-UFPEL moratofernandes@hotmail.com

³ Doutorando do PPGZ/FAEM-UFPEL cbr.vet@gmail.com

⁴ Doutorando do PPGZ/FAEM-UFPEL – Bolsista CNPq rafaaldrighi@gmail.com

⁵ Acadêmica da Zootecnia UFPEL – Bolsista PBIC/CNPq dsdaiane@gmail.com

⁶ Acadêmico da Ecologia UCPEL doug.ecologo@hotmail.com

PIEDRAS, Sérgio Renato Noguez

Departamento de Zootecnia/FAEM-UFPEL sergio.piedras@ufpel.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A Lagoa Mangueira, parte integrante da Bacia da Lagoa Mirim, localiza-se na porção leste do extremo sul do Brasil (Figura 1). Por tratar-se de uma área com diversas particularidades, é reconhecida pela UNESCO como reserva da biosfera (JICA, 2000). Embora a pesca na região obedeça, desde 1994, a normas de gestão estabelecidas pela Portaria nº 119-N/93 do IBAMA, os pescadores da região reclamam que a quantidade e o tamanho médio dos peixes capturados vêm diminuindo, e como consequência, seus rendimentos (Silva, 2004). De acordo com Silvano (2001), frente a escassez de peixes, os pescadores normalmente têm duas atitudes: intensificação e diversificação da pesca. Para compensar a diminuição na captura de peixes, os pescadores aumentam continuamente o esforço de pesca e fazem uso cada vez mais de equipamentos que possibilitem a captura de uma maior variedade de espécies, resultando na diminuição dos estoques de pescado, com a consequente diminuição da produção.

Frente a isso, Begossi (1998) afirma que o modelo da política ambiental nacional adotado, referente à apropriação das áreas de pesca, tem sido o modelo chamado *top-down*, de cima para baixo, baseado na imposição de regras, que não tem se mostrado eficaz. Segundo este autor, não existe uma regra única para a gestão e as relações com o ambiente, apontando a metodologia da gestão compartilhada como um modelo de conservação eficaz, que leva em consideração os conhecimentos científicos, incorporando a ele, os conhecimentos locais, trazendo dessa forma, o envolvimento do governo e a população local.

Uma ferramenta que vem sendo cada vez mais difundida para auxiliar a análise de dados, é a utilização de sistemas de informações geográficas (SIG), apontado por Berkes (2006), como uma ferramenta que possibilita a espacialização das informações, permitindo um olhar sistêmico da situação e auxiliando na tomada de decisões e resolução de conflitos inerentes a atividade pesqueira.

O presente trabalho tem como objetivo principal estudar a forma de ocupação e de apropriação do recurso pesqueiro, bem como a espacialização da distribuição dos pescadores da Lagoa Mangueira.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

Estão sendo realizadas saídas de campo, com intuito de identificar todas as comunidades pesqueiras localizadas às margens da Lagoa Mangureira, como também o número de barcos e pescadores envolvidos na atividade, fazendo uso de um protocolo de campo e coleta de pontos de GPS (*Global Positioning System*).

Identificadas e localizadas as comunidades pesqueiras da lagoa, são aplicados questionários e entrevistas semi-estruturadas para a coleta de dados. A entrevista permitirá uma melhor avaliação da situação real, através de um diálogo conduzido que flexibilizará as respostas, tornando-as mais naturais, minimizando receios ou exageros nas informações (Pádua, 2004). Por requerer tempo e pessoal qualificado, as entrevistas serão desenvolvidas através de amostragens.

Os dados, estão sendo espacializados no ambiente SIG, fazendo uso do *Software* ArcGIS 9.3., possibilitando a geração de modelos de espacialização da atividade pesqueira.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com relatos dos pescadores mais antigos, o início da exploração pesqueira na Lagoa Mangureira se deu no final da década de 1960, quando os pescadores faziam incursões a esta nova área de pesca, pois a atividade pesqueira era desenvolvida unicamente na Lagoa Mirim. Inicialmente a pesca na Lagoa Mangureira era realizada somente em momentos que a Lagoa Mirim não atendia as necessidades dos pescadores, assim como também dos compradores de pescado. No início da década de 1970, a dinâmica pesqueira se mostra diferente, os pescadores estimulados por comerciantes de São Paulo que buscam um volume maior de produção, passam a realizar “safras” na Lagoa Mangureira, permanecendo por períodos maiores de tempo, morando de maneira improvisada as margens da lagoa.

O acesso aos locais de pesca se dava através de autorizações dos proprietários das terras marginais a lagoa, que ao autorizar a passagem dos pescadores por suas terras, tornavam-nos co-responsáveis pela área, passando, estes pescadores autorizados a terem autoridade sobre o acesso para outros pescadores ao local, mantendo-se esta estratégia até hoje. Berkes (2006) afirma que o acesso de pescadores a áreas de pesca depende muitas vezes de relações de parentesco ou alguma relação de amizade muito forte com o grupo estabelecido

No início da década de 1980, os pescadores passam a morar definitivamente as margens da Lagoa Mangureira, formando o primeiro núcleo de pescadores, motivados pela disponibilização de incentivos financeiros e garantias mercadológicas por parte de empresas compradoras de pescado.

A forma de ocupação e apropriação dos recursos naturais ocorrida na Lagoa Mangureira é característica de comunidades tradicionais, conforme descrito por Begossi (1998).

A estrutura da pesca na Lagoa Mangureira é representada na Figura 1, onde estão identificados os 7 núcleos de pescadores localizadas as margens da Lagoa Mangureira (A,B,C,D,E,F e G). Estes pontos são utilizados como porto de desembarque de pescado e local de moradia dos pescadores.

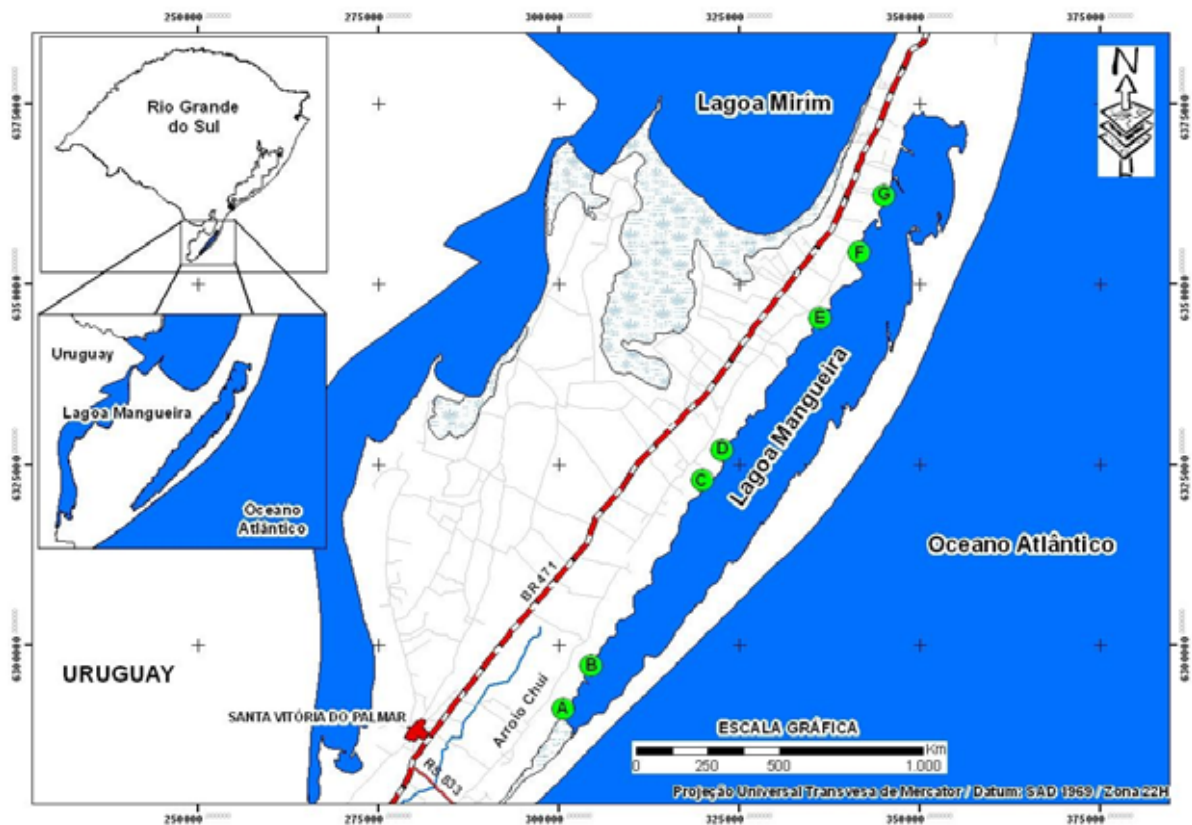


Figura 1 – Localização da Lagoa Mangueira e os núcleos de pescadores (A, B, C, D, E, F e G).

O número de embarcações envolvidas na atividade pesqueira totaliza 35, e o número de pescadores totalizado foi de 81 (Tabela 1). O número de pessoas envolvidas na atividade pesqueira oscila enormemente, sendo esta variação atribuída a redução da captura em determinados períodos, causando a migração dessas pessoas para outras áreas de pesca, ou ainda a busca por empregos temporários em atividades relacionadas à agricultura extensiva, largamente desenvolvida no entorno da lagoa, retornando a atividade pesqueira quando a melhora na disponibilidade de pescado.

Tabela 1 – Nucleações, número de barcos e de pescadores na Lagoa Mangueira.

Núcleos	Nº barcos	Nº pescadores
A	2	4
B	2	4
C	9	24
D	3	8
E	4	10
F	10	16
G	5	15
Total	35	81

Existem relatos de pescadores apontando para um aumento no esforço da pesca local, devido aumento na população de pescadores, resultando na diminuição da disponibilidade de peixes.

Outro dado importante identificado através de conversas informais junto as comunidades de pescadores da Lagoa Mangueira, foi que estes obedecem a uma divisão local informal das áreas de pesca, padrão esse semelhante registrado no trabalho de Cordell (1989), onde os pescadores artesanais do litoral da Bahia respeitavam limites pré-definidos, criando um conceito de territorialidade humana, mesmo se tratando de um bem de uso comum. Este padrão de distribuição das áreas de pesca por comunidade de pescadores será mapeada na continuidade do projeto.

4 CONCLUSÕES

Fica evidente a existência de um padrão de ocupação e apropriação das áreas de pesca, obedecendo a uma divisão informal, que seguem regras estabelecidas pelos pescadores mais antigos.

5 REFERÊNCIAS

- BEGOSSI, A. Property rights for fisheries at different scales: applications for conservation in Brazil. **Fisheries Research**. n^o. 34, p. 269-278, 1998.
- BERKES, F.; MAHON, R.; MCCONNEY, P.; POLLNAC, R. & POMEROY, R. (autores da versão original em inglês). D.C. KALIKOSKI (Org. edição em português). **Gestão da pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos**. Ed. Furg, Rio Grande, 360p, 2006.
- JICA/ SCP-RS. **The Study on the Environmental Management of the Hydrographic Basin of Patos and Mirim Lakes in the Federative Republic of Brazil: Final Report**. 4 v. Kokusai Kogyo/Pacific Consultants International, 2000.
- SILVA, R. S. Relatório das entrevistas com pescadores: CET. 32 p, 2004.
- SILVANO, R. A. M. e BEGOSSI, A. **Seasonal dynamics of the fishery at the Piracicaba River (Brazil)**. Fisheries Research n^o. 51, p. 69-86, 2001.
- PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática** / Elisabete Matallo Marchesini de Pádua – 10^a ed. rev. e atual. – Campinas, SP: Papyrus, 2004.
- CORDELL, J. **Remapeando as águas; o significado os sistemas de apropriação social do espaço marinho**. Disponível em: <http://www.usp.br/nupaub/remapeando1.pdf>. Acessado em 07/08/2010.